



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANNE EMYLAINE MATIAS DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

NATAL/RN
2015

ANNE EMYLAINE MATIAS DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ilka de Lima Souza

NATAL /RN
2015

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Santos, Anne Emylaine Matias dos.

O serviço social na escola: contribuições ao debate nos congressos brasileiros de assistentes sociais/ Anne Emylaine Matias dos Santos. - Natal, RN, 2015. 62f.

Orientadora: Profa. Dra. Ilka de Lima Souza.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Serviço social – Educação – Monografia. 2. Congressos brasileiros - Serviço social – Monografia. 3. Política de educação – Serviço social – Monografia. I. Souza, Ilka de Lima. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.2:37

ANNE EMYLAINE MATIAS DOS SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

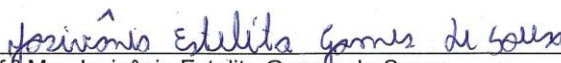
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 18 / 12 / 2015.

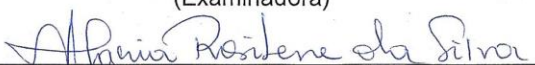
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Ilka de Lima Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora



Prof.^a Me. Josivânia Estelita Gomes de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Examinadora)



Assistente Social Maria Rosilene da Silva – CRESS 1591
Escola Marista Champagnat de Natal
(Examinadora)

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ter me concedido força para seguir nessa caminhada. E segundo, À memória de minha mãe Francisca Odete Matias, que me ensinou que são nas dores que afluímos para vida.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui expressados não serão o suficiente para demonstrar o tamanho da minha gratidão a todos que de forma direta ou indireta auxiliaram para a minha chegada até aqui.

Agradeço a Deus, pela força e persistência que ele me proporcionou durante essa jornada, eu sei que sem ele esse ciclo não teria chegado ao fim. Visto que, as provas foram posto à prova durante esse curso. Só Ele sabe o que tive que passar para está escrevendo essas linhas agora.

Agradeço a minha eterna guerreira, Francisca Odete Matias (in memoriam), Por ter me dado o suporte, amor e força para que eu soubesse enfrentar os “leões” que a vida me coloca diariamente. Obrigada por ter me dado à vida, por ensinar o que eu devo valorizar nessa jornada, chamada vida terrena. Mainha sei que esse momento seria de tamanha felicidade para você, o quanto estaria sendo pra mim. Hoje posso lhe confessar que a alegria desse dia é triste. Onde você estiver espero que esteja bem.

A minha irmã Anne Najara Matias dos Santos, que por tantas vezes me incentivou e torceu para que essa caminhada fosse concluída. Obrigada por está comigo. Agradeço a Artur Rodrigues De França dos Santos, por ter oferecido seu carinho e dedicação nos momentos mais difíceis. Valeu cunhado, você sabe que o considero um irmão. Agradeço a minha tia Marleide Matias, por ter participado e me doado todo afeto que só tia pode ofertar.

Não posso esquecer-me de agradecer a minha amiga Gabriella Perreira, por ter me ouvido, cuidado, e principalmente, entendimento meus momentos “Crazy” de ser. Heryca Pontes, Obrigada pelo carinho e ensinamentos diários, saiba que você foi o presente que o curso me deu. Rosilene Silva, você sabe que sou extremamente grata por tudo que você fez. O universo não poderia ter me enviado supervisora de campo melhor, A Escola Marista Chapangnat de Natal me presenteou com uma amiga.

E por fim, sou grata a todos os meus professores acadêmicos da UFRN, pelos incentivos, ensinamentos, e apoio. O agradecimento especial vai para a minha orientadora Ilka de Lima Souza, pela dedicação, conversa, paciência e principalmente, pelo aprendizado. Sua paciência e tranquilidade foram essenciais para que esse processo que é tão denso pudesse transcorrer de uma forma mais leve. Obrigada por tudo.

Há um menino, há um moleque,
morando sempre no meu coração.
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão.
(Milton Nascimento)

RESUMO

A Educação brasileira é um direito social. No Brasil declarado legalmente como direito humano prioritário, inalienável e de obrigação do Estado que deve ser garantido a todos os cidadãos. É com base nessa premissa que presente trabalho problematiza os direitos sociais e suas garantias, e quais são os aspectos que permeiam essa política e como se dá as perspectivas de atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da Política de Educação, voltado a Inserção do assistente social na área escolar. Visto que as outras áreas de atuação do Serviço Social são mais discutidas pelos profissionais e pela à academia. O estudo objetiva analisar a produção intelectual no âmbito do Serviço Social nas três últimas versões do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em torno da intervenção do assistente social na área escolar, partindo da conjectura de que a limitada discussão da categoria sobre os processos de intervenção com os atores que compõe o chão da escola, essa limitada discursão impede o fortalecimento nas lutas para que esse profissional possa ganhar espaço na área educacional, uma vez que o desconhecimento faz com os profissionais não enxergue a importância de está inserido nesse campo. Este trabalho Segue uma abordagem qualitativa utilizou-se como estratégia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em torno do tema, sobretudo os Anais dos XII, XIII e XIV CBAS. A escolha dessa amostra foi feita para analisar o que nos últimos anos vem sendo discutido nesses encontros em relação a educação e a inserção do assistente social nessa área. Utilizou-se como técnica de análise dos dados e a de Conteúdo, para que assim houvesse uma análise mais detalhada das discursões. Com a problematização dos artigos identificaram-se orientações mais críticas, que consideram a inserção do profissional de Serviço Social no trabalho da Política pública de Educação. Assim este trabalho reflete sobre a importância da inserção do (a) assistente social no âmbito educacional e de como é discutida essa temática no congresso brasileiro.

Palavras-Chave: Educação. Serviço Social. Congresso Brasileiro de Serviço social.

ABSTRACT

The Brazilian education is a social right. In Brazil legally declared as a priority human right, inalienable and state obligation that should be guaranteed to all citizens. It is on this premise that this work discusses social rights and their guarantees, and what are the aspects that permeate this policy and how is the professional's performance prospects of Social Services within the Education Policy, aimed at assistant Insertion social on school grounds. Since the other business areas of social work are more discussed by professionals and by the academy. The study aims to analyze the intellectual production in the Social Service in the last three versions of the Brazilian Social Workers Congress (CBAS), around the intervention of the social worker in the school area, based on the conjecture that the limited discussion of the category on the processes intervention with the actors who make up the school ground, this limited increasing discussion prevents strengthening the struggles that this professional can gain ground in education, because ignorance makes the professional does not see the importance of it is inserted in this field. This work follows a qualitative approach was used as data collection strategy literature on the theme, especially the Proceedings of the XII, XIII and XIV CBAS. The choice of this sample was made to analyze what in recent years has been discussed at these meetings regarding education and the inclusion of the social worker in this area. It was used as the data analysis technique and content, so that there was a more detailed analysis of discourses. With the questioning of the articles were identified most critical guidelines that consider the inclusion of professional social work in the work of Public Policy Education. So this work reflects on the importance of inclusion of (a) social worker in the education sector and how this theme in the Brazilian Congress is discussed.

Key Words: Education. Social service. Brazilian Congress of Social Service.

LISTA DE SIGLAS

CFESS	CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRESS	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CCJC	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA
CBAS	CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTE SOCIAL

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1. NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	16
1.1. POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.	16
1.2. SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: DEMANDAS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NO CENÁRIO ATUAL.	30
2. CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O QUE REVELAM OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS).....	37
2.1. SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA NO CBAS: UMA ABORDAGEM INICIAL DOS ARTIGOS.....	39
2.2. O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA NOS CBAS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR	42
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A Educação brasileira é um direito social, no Brasil declarada legalmente como direito humano prioritário, inalienável e de obrigação do Estado que deve ser garantido a todos os cidadãos. A efetivação desse direito tem se configurado como um desafio, visto que ainda não se observa toda a população tendo acesso à educação formal gratuita e de qualidade. Ao contrário, percebe-se uma precarização e restrições no acesso à educação, o que vai de encontro ao Art. 205 da referida Constituição ao dispor a educação como,

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

É necessário buscar uma educação que objetive a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos, ou seja, que assumam sua condição de sujeitos na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação. Diante disso, trata-se de educar para o exercício de cidadania, sendo essa uma práxis exercida através de diversos espaços da vida social.

A escola é uma instituição social que atua diretamente na construção e reconstrução dos sujeitos sociais, tendo em vista que se prospectam novos conhecimentos podendo, assim, se constituir em uma importante aliada para a promoção do desenvolvimento humano.

Assim, as demandas sociais estão fortemente inseridas e evidenciadas nesse contexto que, por vezes, ultrapassam as questões de ensino aprendizagem. As demandas são as manifestações que traduzem a questão social. Tais traduções são evidenciadas da seguinte forma: violência, desemprego, gravidez na adolescência, uso abusivo de álcool e outras drogas, analfabetismo, moradias precárias entre outras, são as faces de uma sociedade que vive com os efeitos de apropriação desigual da riqueza social. Com isso, vê-se então a necessidade de ampliação do acesso da população à educação, levando em consideração a diversidade de

expressões da questão social intrínsecas nessa relação, que ultrapassa as atribuições e competências do professor.

Nesse contexto, é importante ressaltar que no cenário educacional se discute a necessidade de intervenção de outros profissionais além daqueles tradicionalmente vinculados à escola, entre eles o assistente social. Profissional que interviria diante de demandas e necessidades que adentram esse espaço institucional e que vão além das questões relacionadas ao ensinar e ao aprender. Segundo Almeida (2000), essas necessidades,

[...] recaem em diversas situações sobre a necessidade de trabalho com a família e com as crianças e adolescentes, não é raro, contudo as solicitações de trabalho com os próprios professores. Abre-se, assim, um campo de atuação bastante promissor e estratégico. Sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional,..., podem estes profissionais agora atuar por dentro da política educacional com questões que lhes são centrais, como a formação permanente dos educadores e com a ampliação das práticas educacionais, não mais numa perspectiva complementar ou paralela e sim curricular. (ALMEIDA, 2000, p.23)

Nessa perspectiva, observa-se que o assistente social é um profissional com possibilidades de atuação no âmbito da política de educação e, assim, da escola, e em outros espaços vinculados a essa política. Na escola, nota-se que a transversalidade de conteúdos em sala de aula acaba por não atender em completude as necessidades apresentadas pelos educandos.

Nesse contexto, e para além dele, o assistente social tem papel fundamental na caracterização escolar- identificação dos atores que compõe o chão da escola- orientação profissional, na divulgação e promoção de programas e projetos sociais, na percepção do educando para além da sua representação institucional e sim na completude da sua interação com a sociedade, orientação sócio familiar atuando como um intermediador destas relações, entre outros. Assim, este profissional trabalha na perspectiva de, “[...] apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas a efetivação do projeto da escola cidadã” (AMARAL, 2011, p.17).

Fazendo uma reflexão acerca da inserção do assistente social no âmbito escolar, nota-se que este é um tema ainda pouco abordada dentro da academia, e

com uma produção bibliográfica relativamente limitada, para uma demanda que se mostra demasiadamente urgente. Todavia, é possível identificar produções que vêm contribuindo com a ampliação do conhecimento em torno do Serviço Social na política de Educação. Nessa direção, destacam-se os Grupos de Estudo formados no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e de Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) objetivando fortalecer o debate e diretrizes para o trabalho do assistente social no âmbito dessa política. Assim como, produções resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A percepção de que existe uma área em que a inserção do assistente social é necessária, porém pouco evidenciada, pelos próprios profissionais, seja pelo motivo que a possibilidade de emprego tenha uma significância pequena frente aos setores da saúde e da assistência. Talvez seja essa uma dos motivos para que essa bibliografia pareça reduzida se compararmos a produção de outras temáticas. Inicialmente essa procura por aprofundar conhecimento não campo da política de educação com recorte escola, surge dentro de uma vivência particular de estágio supervisionado obrigatório na Escola Marista Champagnat de Natal, no período de fevereiro a dezembro do ano de 2014, foi nessa ocasião em que pude perceber a escassez de fundamentação teórica sobre os assuntos que envolvem esta temática.

Assim, objetivando promover uma reflexão e diálogo envolvendo o debate do Serviço Social na política de educação, este trabalho expõe o resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da inserção do assistente social no âmbito escolar. Considerando-se o debate evidenciado no contexto do Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS) realizados nos anos de 2007,2010 e 2013. A princípio esse trabalho procura evidenciar como é visto o trabalho dos assistentes sociais dentro do recorte da escola, e de como os autores debatem a inserção do serviço Social nesta área. E de como dar-se as demandas, Quais as atribuições e competências do assistente social na escola, Se Existe e como se dá a interação com outros profissionais para intervir nesse espaço, Quais as possibilidades de atuação, As dificuldades e desafios apontados pelos autores, Os instrumentos e técnicas possivelmente destacados para que o trabalho seja alcançado. O CBAS fomenta uma grande discussão sob as diversas áreas do assistente social. Entre essas a área educacional tem ganhado espaço no debate.

Em relação à organização desse trabalho, além desta introdução, apresentamos dois capítulos, finalizando com as considerações finais. O capítulo dois é denominado “Notas sobre a política de educação e o serviço Social na área de educação no Brasil.” Essa parte traçará um percurso que envolve uma breve contextualização do Serviço Social na área da educação no Brasil, explanando sua relação com a política educacional em vigência e quais as demandas e possibilidades de inserção no âmbito escolar. Já o capítulo Três terá em seu corpo de texto as reflexões acerca do desenvolvimento dos debates em educação promovidos nos CBAS, quais reflexões e considerações alcançadas neste propósito. Por último as considerações finais expressarão quais foram às reflexões obtidas com essa pesquisa bibliográfica.

1. NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.

O capítulo apresenta uma discursão acerca da política da educação brasileira e seus suportes legais, e quais são os aspectos que circundam essa área com o campo de trabalho do Serviço Social. Diante dessa reflexão em torno da educação brasileira, é que será mostrado como é trabalhada a dualidade que é a Educação, e Como dar-se a inserção do assistente social nessa área.

A Política Educacional é utilizada para a manutenção da sociedade capitalista, que entende-a como porta de acesso para que os indivíduos possam especializa-se no que diz respeito a mão de obra .Neste caso, a capacitação que é ofertada na escola como sendo o primeiro momento que o individuo é confrontado a ser formado como um cidadão critico é o que menos valorizado.

A instituição escolar tem que ser visualizado como um campo social que é fecundo nas contradições sociais que o mundo contemporâneo vivencia, e que é exatamente por este motivo que se deve avaliar e injetar uma melhoria na política educacional. Essas contradições serão apresentadas como demandas e elas são expressas na forma de fome, miséria, desemprego, violência, injustiça social e entre outras mazelas sociais. Esses fatores compõe a realidade escolar de uma população pauperizada que está inserida nessa política, é importante frisar que essa demanda é vista no ensino público, onde seus frequentadores são os mesmo atendidos em outras instituições sociais. Essa realidade -muitas vezes dura- contida na vida do educando que compõe a intuição, e que será o objeto maior de trabalho do assistente social, que vai trabalhar na luta pelos direitos sociais dessa população.

1.1. POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.

Nesta sessão do trabalho busca-se destacar aspectos relacionados a aproximações do Serviço Social com a área de Educação, destacando algumas notas sobre a política de educação no Brasil a fim de se apreender a relação do Serviço Social com esta área, na qual o assistente social também desenvolve seu trabalho, tendo em vista as demandas que surgem, em particular na escola, condizentes com suas atribuições e competências.

Ao analisar a educação disponibilizada para a população pobre passamos a entender os motivos de essa educação ser precária. Percebe-se que desde que a classe trabalhadora começou a ter acesso à escola, esta não teve a oportunidade de escolha.

Ao citar que "A relação entre desigualdade social e desigualdade educacional sempre caminhou de mãos dadas no contexto dos países latino-americanos", Iosif (2009), nos indica que se há desigualdade na distribuição de renda, há implicações de forma direta no acesso à educação. O financiamento do gasto social implica diretamente nos bolsos de quem detém o poder nessa sociabilidade do capital. Para que o Estado abarque toda necessidade de uma sociedade propiciando-a seus direitos sociais legais, com qualidade e de forma igualitária, ele terá que aumentar os impostos e esse aumento não agrada a sociedade capitalista.

O ideário neoliberal, que direciona a mínima responsabilidade do Estado com proteção social e, conseqüentemente, nega cotidianamente os direitos da classe trabalhadora, também vem contribuindo para que a educação não se torne, efetivamente, um direito ao qual todos tenham acesso. No Brasil, o que se observa é que a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade ainda não se tornou uma prioridade para o poder público.

Lessa (2013), com base em análise de Saviani, observa determinados aspectos que têm caracterizado a educação e a escola pública no Brasil, os quais demonstram limites e precariedades que interferem para que haja um desenvolvimento da educação com qualidade, além de desafios para os profissionais que atuam no espaço escolar, incluindo os assistentes sociais.

Fundamentados em Savianni (2000) afirmamos que a educação e a escola pública brasileira do início do século XXI estão diante de uma base legal recém-construída e tímida — nossa atual LDB datada de 1996 —, minimalista e subfinanciada, de uma rede pública, em sua maioria sucateada, de profissionais da educação mal remunerados e que ampliam suas rendas através de múltiplos empregos (e suas conseqüências), frente a uma realidade complexa, portadora de novas demandas para este campo: lidar com as conseqüências do aprofundamento da questão social em suas diversas expressões, refletidas no espaço educativo, incorporar "novos profissionais" em seu cotidiano — inclusive assistentes sociais — sem perder de vista sua função precípua: a formação humana (LESSA, 2013, p. 113).

No Brasil, a formação humana e para a cidadania, a universalização da educação, como expressa a legislação brasileira, e, especialmente, a formação de sujeitos sociais críticos, parece não ser prioridade quando se fala em educação como direito social. Fazendo referência à educação no âmbito do capital, Sader (2008, p. 16) observa que nessa sociabilidade, “[...] a educação é, ela mesma, uma mercadoria”. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Esse é um fato que ocorre em um contexto de submissão do Estado às necessidades mercadológicas impostas globalmente e que refletem diretamente no desenvolvimento da política de educação e, conseqüentemente, na formação educacional. Se pensarmos que essa formação está vinculada a essas necessidades, temos um panorama social que distingue o público e o privado, oferecendo “incentivos” divergentes para essas duas esferas.

Piana (1996), com base em considerações de Almeida, ressalta que as reformas do âmbito educacional são exigência do mercado capitalista, que é aumentar o contingente de indivíduos que tenha qualificação na mão de obra.

As reformas no campo educacional têm respondido às exigências do paradigma da empregabilidade e do interesse público e privado, ou seja, a inserção no mundo do trabalho é segundo os interesses do mercado, atendendo sua lucratividade e a busca da supremacia dos setores privados para uma educação mercantilizada e gerenciada pelo Estado, sem ações executivas, mas incorporando institucionalmente, a filantropia e o assistencialismo à rede de serviços públicos para a população de baixa renda, não equacionando a exclusão educacional e social. (PIANA, 2009, apud ALMEIDA, 2000a, p. 21).

Conforme observa Lessa (2013, p. 108), a crise do capital é usada para lançar novos caminhos de conhecimento e revelar novos meios de produção. Convertendo esse dois pontos em mercadorias que trarão mais lucro ao capital. Para que isso ocorra, é necessário o investimento em novas tecnologias e na qualificação de mão de obra da classe trabalhadora. Algumas políticas estão sendo enxergadas em sua maior potencialidade, para que essas duas exigências sejam potencializadas. Em tempos nos quais o desemprego cresce e a atenção do poder público com as políticas sociais necessita ser ampliada, a saída de explorar algumas políticas em favor da hegemonia do capital parece ser uma boa ideia. Percebe-se que a política de educação se configura como uma dessas políticas.

Com essa máxima à frente da política de educação, pode-se dizer que esta é apreendida como melhor caminho para qualificação de mão de obra, tendo em vista os interesses do mercado de trabalho centrados nas demandas do capital, que entende a educação formal como uma mercadoria que trará lucro. Essa característica tende a mascarar o que de fato deveria demarcar a política educacional: potencializar o conhecimento e o senso crítico dos indivíduos. Mas, assim, não se estaria caminhando na mesma direção das necessidades e interesses do poder dominante, da sociabilidade capitalista.

Nessa perspectiva, observam-se contradições no que se efetiva na esfera da educação com o que prevê o conjunto de leis do país no que se refere à educação como direito social. Por exemplo, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que expressam a promoção da educação para formação de sujeitos cidadãos, críticos, reflexivos e participativos.

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e Adolescente (8.069/90), e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade. Assim, a qualidade dos serviços prestados à população e de modo especial ao usuário de escola pública, tem como objetivo seu pleno desenvolvimento. (CFESS, 2001, p. 10).

Percebe-se que nem toda a população vem tendo acesso à educação nessa direção. Além do fato de que nem todos os que chegam à educação formal, conseguem permanecer e concluir os estudos. Ou, a conclusão e permanência ocorrem, mas com sérias fragilidades. Lessa (2013) analisa que o acesso e permanência possibilitada à educação, especialmente para os mais pobres da população, vêm acontecendo de forma precária.

[...]. Falamos da absorção e permanência precarizada de uma população extremamente pauperizada, privada de bens, e de acesso a serviços públicos de qualidade, que reside, trabalha, se alimenta, tem acesso à cultura e ao lazer de forma precária, que passa a experimentar o espaço escolar mais cotidianamente. (LESSA, 2013, p.112)

Portanto, ao fazer essa reflexão sobre a dificuldade do indivíduo permanecer no seio escolar, a autora nos indica que a política de educação não modificou seu comportamento para que esse indivíduo pudesse visualizar a escola como lugar interessante, acolhedora, e que a sua estrutura seria organizada de forma que os ingressantes pudessem usufruir dela de forma integral. Mas o que tende a ser ofertado são números de vagas sem qualificação para receber a demanda que tem um cotidiano fragilizado pela falta de oportunidade de bens de acesso qualificados.

Vivenciamos na atualidade o momento em que a educação passa a ter “dois pesos e duas medidas”, aonde por um lado observa-se a fragilidade no tocante desenvolvimento da educação pública, e por outro lado vivencia-se um cenário no qual se exalta a expansão do acesso à educação profissionalizante e superior. Se partirmos do pressuposto de que a educação é uma relação social, pode-se afirmar que esse processo é influenciado por uma tríade, que é formada pela base produtiva, o capital e a organização da classe trabalhadora. E isto tem como resultado as tensões das classes e das influências que são decorrentes os que se quer com isso, é mostrar que a educação pode influenciar e ser influenciada pela produção das relações sociais.

Segundo Losif (2009), a fragilidade em questão advém dos pensamentos neoliberalista, que insiste em ir contra a uma política educacional que seja condizente com os direitos que foram conquistados historicamente pela população. No caso do Brasil, o mesmo sendo um país ainda em desenvolvimento sofre bem mais com esse agravante, pois, a sociedade civil e o povo, não apresentam uma organização que possa forçar o Estado a seguir outro plano.

Quando se trata de trabalhar qualquer política pública, uma das primeiras questões a serem respondidas é para quem vai trabalhar, e como vai trabalhar. Esses dois questionamentos é importante para identificar como será pensada essa política. O Brasil é um país com várias culturas e identidades, e por isso, possui diversas leituras que servirão de base para entender as desigualdades sociais que está arraigado neste solo. Não é possível trabalhar uma política pública para cada canto do país, por isso se faz necessário o estudo de cada região para que possam achar um denominador comum, e assim, desenvolver a política pública. Araújo (2011) nos cita em sua análise que No Brasil do século XXI, falta um sistema de educação que possa ser denominado nacional, sendo essa uma tarefa básica do

Estado, e que o mesmo não mostrou competente para efetua-las. É possível observar essa falta de articulação quando há as profundas disparidades entre redes, sistema de ensino, entre estados e regiões.

Quando cita-se o acesso à educação pública, é válido lembrar que a inserção do indivíduo na rede básica se dá através do ensino fundamental. Porém, essa é a área em que menos se vê investimentos. Para Lessa (2013), o ensino fundamental deve ser compreendido.

[...] em sua complexidade frente a uma sociedade industrializada, na qual o acesso ao conhecimento letrado se popularize e onde o mundo do trabalho solicita cada vez mais uma mão de obra detentora de conhecimento (LESSA, 2013, p 111).

A infraestrutura necessária para que a educação de qualidade seja ofertada não está acompanhando a necessidade que a realidade pede. O que é percebido nas escolas de ensino fundamental é que além do sucateamento da infraestrutura predial, existe a falta de quadro completo de professores e de outros recursos humanos, além das notícias veiculadas na mídia referentes à falta ou a precarização da merenda escolar e de recursos e bens materiais necessários para o desenvolvimento das atividades do dia a dia (carteiras escolares, quadro, computadores, livros, dentre outros).

Rezende (2006) esclarece que o Banco Mundial vê o ensino fundamental como instrumento de redução da pobreza. Mas, em contrapartida, sabe-se que esse organismo internacional não propõe que haja um aumento no que diz respeito ao orçamento destinado a esse propósito. O que é colocado é que o ensino superior repasse alguns de seus recursos. Entendemos com isso, que a proposta do Banco Mundial é que as universidades públicas passem a cobrar encargos para garantir a sua continuidade, o que restringiria muito mais o acesso da classe trabalhadora à educação pública.

A falta de importância para esse primeiro passo, atrasa todo desenvolvimento da educação escolar, que tende a se tornar constantemente limitada, precarizada. A autora Losif expõe que

O direito a educação tem sido encarado de modo reduzido pela maioria das nações, que considera o direito assegurado apenas com as matrículas das crianças na escola, desconsiderando-se as condições sociais e econômicas

dos alunos pobres, as altas taxas de repetência e de evasão escolar e aprendizagem precária da grande maioria. (IOSIF, 2009. p.74)

O Governo Federal Brasileiro criou uma forma de compensar aqueles indivíduos que mantêm seus filhos matriculados e com frequência escolar em dia. O programa Bolsa família¹ é o carro chefe para que a evasão escolar diminua nos primeiros anos escolares das crianças. No entanto, sabemos que este programa não será o solucionador de todos os problemas.

Já no segundo peso que é dado para educação, encontra-se o cenário que exalta a expansão do acesso a essa política. Isso ocorre nos chamados programas de ensino profissionalizante e acesso ao ensino superior. O Governo abriu vagas demasiada para esses dois polos, para que assim mantivesse uma significativa conexão com os ideais de uma sociedade do pleno emprego, e de um Estado que é intervencionista no tocante econômico e social. Porém, o governo esqueceu que a sua população tem em sua trajetória fragilidades referente à educação base, que poderão comprometer a permanência dos estudantes nesses programas de acesso à política educacional. Iosif faz observações interessantes sobre essa situação.

O problema da educação brasileira vai desde a educação infantil, com número mínimo de crianças frequentando a escola, até a Educação Superior, cujos problemas de acesso e qualidade ainda são preocupantes. Quanto mais pobre mais difícil é para o aluno terminar o Ensino Fundamental, ingressar no ensino médio, e muito menos, ingressar numa universidade federal gratuita. A educação pública para os pobres limita-se ao nível da Educação básica, pois a educação pública de Ensino Superior sempre foi extremamente elitista e muito mais acessível aos alunos oriundos de família com maior poder aquisitivo que estudaram em escolas privadas, geralmente de melhor qualidade. (IOSIF, 2009, p. 92)

¹ Em 2000 foram implementados os primeiros programas federais de transferência de renda. A criação do Programa Bolsa Família (PBF) tem origem na unificação de outros programas não contributivos, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período 2001- 2003. Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. Os critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, estava o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros. Em suma, o PBF revelou-se importante mecanismo – que se soma a outros, inclusive de natureza jurídica diferente, como o próprio BPC – de distribuição de renda exterior aos mecanismos de mercado.

A avaliação da autora nos indica como é complicado ser um aluno pobre, que entende a educação como um meio de enfrentamento das dificuldades cotidianas e possibilidade de mobilidade social. São tantos entraves que o afasta desse acesso que, por vezes, o mais fácil é evadir-se da instituição, pois a mesma não supriu a necessidade deste. Aferir a educação Brasileira é identificar que a política educacional tem que expandir com qualidade as vagas para o acesso de uma população pauperizada. O trabalho do Estado precisa ser bem articulado para que nenhuma lacuna seja deixada, e para que isso aconteça é necessário priorizar, de fato, a educação como direito social a ser efetivado, e que articule suas ações juntos às leis que respaldem essa política.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ora vigente e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) compreendem que a educação é direito de todos, e tem por finalidade o desenvolvimento integral do indivíduo. Na qual, a pessoa será preparada para o exercício da cidadania e também para o mundo do trabalho. O Art. 250. Da Constituição Federal (CF) vigente, traz o seguinte disposto:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, se promovida desenvolvimento e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes E Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reafirma esse direito:

Art.2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No ECA o direito a educação está disposto no Art.53 e Art.54 da seguinte formar:

Art. 53 -A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...].

Art.54- Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; [...].

Apesar do disposto nas leis, que asseguram o dever do Estado em garantir educação pública, gratuita e de qualidade a todas as pessoas, a realidade do que acontece no Brasil referente a essa temática, não condiz com o que a Lei regulamenta. Apesar dos avanços históricos em relação à garantia de direitos, conquistas essas obtidas através dos movimentos sociais no que diz respeito à ampliação e garantia da política pública, principalmente no espaço educacional. Iosif analisa a situação da educação brasileira no século XXI,

A educação brasileira está em crise, melhor dizendo, a educação no Brasil sempre esteve em crise. O país nunca soube cuidar com propriedade da educação do seu povo e agora começa a pagar um alto preço. A educação atual não consegue fazer com que grande parte dos alunos aprenda a ler e a escrever e, muito menos, formar sujeitos críticos e capazes de se organizar coletivamente em prol dos direitos de cidadania democrática, efetivamente para todos. (IOSIF, 2009, p. 84)

A afirmação da autora evidencia que a educação pública ofertada em nosso País, não é suficiente para se tornar uma potencialidade emancipadora. O indivíduo é condicionado a uma educação que não estimula a visão crítica. E essa conjectura é o fator que colabora para que haja a desigualdade dentro da sociedade. Se de fato, há essa diferenciação entre o modo de direcionar o indivíduo dentro do setor público ou privado, Logo, dá para se entender que existirá uma pequena parcela de indivíduos que irá usufruir de forma mais ampliada e qualitativa dos direitos que são garantidos por lei. Deste modo percebesse que o cenário escolar clama por uma inserção de profissionais que possam articular entre as dificuldades que o a educação publica apresenta com os indivíduos que dela precisa. Nesse caso o articulador que pode trabalhar nesse caso é o assistente social.

Considerando a relação do Serviço Social com a educação e a garantia desta como direito, o assistente social se apresenta como um profissional com formação e competências para contribuir no atendimento a demandas que surgem no campo da

educação e que estão relacionadas a questões mais amplas da realidade social. Sobre o Serviço Social na educação, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) observa que

[...]. Discutir a contribuição do Serviço Social para a garantia deste direito nos remete obrigatoriamente à temas que atravessam a realidade social, política econômica e cultural mas que, nem sempre são identificados no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam ao largos das Políticas Educacionais.” CFESS (2001, p. 11)

Estudos têm demonstrado que o assistente social vem sendo requisitado para atuar, por exemplo, em Secretarias de Educação; em escolas (públicas, privadas e, ou filantrópicas); nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e em Universidades Federais.

No Brasil, a relação do Serviço Social com a Educação, e inserção do assistente social nesse campo não se constituem uma experiência recente. Conforme Lessa (2013, p. 115), a ampliação deste espaço de trabalho é nova, mas não a inserção do profissional. Com afirmação semelhante, Santana (2008, p, 23) registra que:

[...]. O Serviço Social na Educação não é uma experiência nova. Há muitos anos temos na composição e na organização do trabalho da educação a figura do assistente social. Historicamente, fomos obscurecendo e perdendo lugar na organização do trabalho. Atualmente essa área vem se fortalecendo.

A história do Serviço Social se entrelaça com a educação na primeira metade do século XX, em que já se registrava a presença do assistente social em universidades e escolas de países sul-americanos. A inserção desse profissional nessa área não é atual. O que pode ser analisado como recente é a consolidação em torno do debate no que se refere às ações dos assistentes sociais na política de educação e nas instituições de ensino.

Segundo Souza (2012), a atuação do Serviço Social foi inserida na educação por volta dos anos 1939, quando houve a percepção de que a escola, sendo um ambiente de “ação social”, precisava de um profissional que atendesse às necessidades sociais de uma sociedade excluída do acesso aos bens e serviços.

Nesse contexto, o Assistente social teria que atuar com o exercício de aproximação das famílias com a escola, uma vez que, nesse momento a instituição escolar era vista pela sociedade como ambiente que ensinaria ao indivíduo a ser um cidadão. Essa instituição educacional deveria levar as suas atividades educativas até o domicílio dessa criança, a fim de que se conhecesse a realidade e as influências que a vida dessa jovem passava.

Por ter uma visão no qual tende a procurar ajustar a realidade dos indivíduos que estão inseridos na escola, o assistente social entraria como agente de ajustamento entre a escola, educando e sociedade, essa tríade era utilizada para que esse profissional pudesse intervir de maneira eficiente no processo de ajustamento social. Souza (2012) evidencia como era feito o trabalho desse profissional naquela época.

O Serviço Social realizava Inquéritos Sociais como diagnósticos da situação familiar, social e escolar dos alunos. O seu trabalho estava voltado, ainda para revelar a personalidade do aluno aproveitando suas aptidões. Para isso, selecionavam-se os alunos que possuíam mais qualidades morais e maiores capacidades de adaptação social.” (SOUZA, 2012, p.25)

A inserção do Serviço Social na educação foi gradativamente tornando-se necessário para que houvesse um alinhamento na condição de enxergar as necessidades dos atores que permeiam o âmbito educacional. Amaro (1997) Menciona como a introdução desse profissional se deu nos primeiros estados do Brasil.

Há registros de que no ano de 1946 o Brasil teve dois estados pioneiros na inserção do Serviço social na área da educação, que foram Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Esses estados iniciaram os debates acerca do trabalho desse profissional na área da educação. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas de desvio, defeito ou anormalidade social. (AMARO, 1997, p 51).

Conforme Lessa (2013), no ano de 1950 o campo educacional ganhava um lugar de destaque no cotidiano do trabalho do assistente social, essa ampliação ocorreu pelo fato de uma interferência maior do Estado no que diz respeito à questão social.

No ano de 1968, foi percebido que o Serviço Social não poderia trabalhar sozinho frente à intensificação das demandas dentro das instituições escolares, observando-se a necessidade de o assistente social trabalhar em conjunto com os outros profissionais da educação. A ação conjunta intensificaria a procura de resoluções para as problemáticas que tinham uma conexão com a questão social². E a melhoria na ação sócio pedagógica. Porém, o trabalho do assistente social seria concebido como mero assistencialismo, pois havia a ausência de discurso acerca da educação enquanto política pública. (SOUZA, 2012).

Souza (2012) aponta registros de Maria Herlinda Borges Oliva (em obra de 1986) sobre o Serviço Social na Educação nos anos 1980, no âmbito da Secretaria de Educação de Pernambuco. Relata que o trabalho do assistente social na escola era conveniente, pois ao realizar as competências que cabiam à profissão, ele prestava um serviço de cunho político. Essa estratégia reforçaria a estruturação que o poder exercia sobre a população pauperizada. Em torno da reprodução de trabalho, do domínio ideológico e sobre o controle social.

É importante destacar a dimensão educativa do assistente social, que significa, segundo Piana (2009, p. 186) “remeter-se a um trabalho desenvolvido por esse profissional na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades”, a fim de propiciar a autonomia, a participação e a emancipação dos indivíduos sociais. Ainda segundo a autora, para o Serviço Social, traçar um perfil profissional educativo “representa a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas”.

Sobre essa dimensão educativa do assistente social na Educação, Souza (2012, p. 15) observa que esta caracteriza o saber e a intervenção do profissional, e a inserção e institucionalização do Serviço Social nessa área. “Sinaliza-se para um

² A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XXI quando os trabalhadores reagem à exploração do seu trabalho. (YASBEK,2005)

novo perfil social e educativo desse profissional na educação, dada a sua intervenção em um contexto institucional, que além da função de educar tem a de socializar o indivíduo.”

A prática educativa do assistente social nos espaços de atuação é fundamental, visto que a ação desse profissional sempre é acompanhada de informação, dos debates, das análises, da escuta apurada e da concepção de mundo que este profissional tem para e entender os questionamentos. Lessa (2013)

Portanto, é evidente a contribuição do assistente social na área de educação ou as possibilidades de esta acontecer. Santana (2008) discute o papel do Serviço Social na educação pensando-o a partir de dois âmbitos de trabalho.

O primeiro: o Serviço Social na educação vai se expressar no atendimento direto à população-alvo da política educacional e a suas famílias, nas escolas, nos pólos de atendimento, nos diferentes espaços institucionais de atendimento direto [...]. O segundo aspecto é pensar que ela se expressa na atuação nos órgãos de planejamento e gerencia política de planejamento e de gerencia da política educacional, seja no âmbito das Secretarias de Educação municipal ou estadual, nas coordenadorias, nos órgãos de elaboração de política de planejamento e de gerencia, ou seja, nos níveis centrais, não só no atendimento direto, mas na própria política. (SANTANA, 2008, p. 24).

Segundo Lessa (2013, p. 115), o assistente social tem operado o seu trabalho mais recentemente no âmbito da garantia de acesso e da permanência. Executando os programas sociais que estão envolvidos das esferas municipais e estaduais, que estão ligados ao segmento educacional e na assistência estudantil, entre outros segmentos. Afirma que a inserção do assistente social não é algo recente na área da educação, o que é recente é a ampliação desse campo de trabalho. Piana(2009) reafirma essa questão quando analisa que

[...]. A educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, como é conhecido, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área, em seu aspecto teórico-metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, através de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional. O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que

interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania. (PIANA, 2009,p185-186).

A inserção do profissional de Serviço Social na educação é muito importante, pelo fato desse profissional ser preparado para trabalhar com a subjetividade dos sujeitos sociais que compõem a política educacional. As demandas que esse profissional tem que atender no espaço da escola incide em diversas situações sobre a necessidade de trabalho com os educandos e escola, escola e família e por último, o trabalho com família, escola e sociedade. O trabalho com os professores também não é descartável dentro deste viés. As demandas irão se apresentar de várias formas para este profissional, como por exemplo: situações que envolvem a dependência química, o tráfico de drogas, a gravidez na adolescência, a violência doméstica, a evasão escolar, entre outras.

O assistente social possui um Código de Ética, que apresenta diretrizes para o desenvolvimento de seu trabalho nas relações com os usuários, com os empregadores e com outros profissionais da área. Seus Princípios Fundamentais³, evidenciam um olhar crítico e fundamentado teoricamente:

Almeida (2003) faz uma ressalva de como podemos pensar a inserção do profissional de Serviço Social na área de Educação no Brasil, e de como devemos observar esta inserção para além do espaço escolar.

[...]. Pensar a atuação do assistente social na área de educação requer pensar a política educacional em sua dinâmica e estrutura, o que significa

³ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

dizer que o espaço escolar é apenas uma das imensas possibilidades de atuação deste profissional no campo educacional. identifico que, talvez, pelo fato de que a escola represente simbólica e objetivamente de forma mais completa a área de educação, muitas vezes este privilegiamento do espaço escolar como *locus* de atuação dos assistentes sociais conduz a uma leitura reducionista e equivocada da política educacional e, por sequencia, das nossas próprias atividades profissionais e de nosso mercado de trabalho.”(ALMEIDA,2003,p.08).

Sendo assim, fica compreendido que em sua inserção na educação, o assistente social poderá atuar em diversas esferas ou espaços que envolvem o desenvolvimento da Política de Educação. Nos quais, as demandas apresentadas também podem se diversificar exigindo uma atuação desse profissional na perspectiva de defesa da efetivação do direito à educação para todo.

1.2. SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA: DEMANDAS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NO CENÁRIO ATUAL.

Conforme mencionado anteriormente, a área de educação não se apresenta como uma nova área de trabalho do assistente social, mas o debate em torno desta vem sendo retomada e se tornando mais expressiva nos últimos anos. Eventos de destaque da categoria, como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), além do próprio conjunto CFESS-CRESS, com a formação de Grupos de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, vêm contribuindo com a ampliação do debate. Nesta sessão do trabalho, será destacada a escola como um dos campos de atuação do assistente social na área de educação, apresentando o que alguns estudos apontam sobre a inserção desse profissional nesse espaço, a partir de demandas que são apresentadas e que requerem suas habilidades e competências.

Em relação à inserção do assistente social em espaços vinculados à educação formal, Almeida (2005) observa que o trabalho desse profissional na educação

[...]. Deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de

uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e política. (ALMEIDA, 2005, p. 05).

No entanto, a instituição escola aponta a necessidade de inserção de outros profissionais além daqueles que tradicionalmente atuam nesse espaço, diante de demandas que se descortinam no cotidiano escolar. Assim, possibilita-se o desenvolvimento do trabalho do assistente social. É importante salientar que o assistente social não se insere na escola para substituir profissionais de outras áreas de formação que já atuam nesse espaço, mas sim com o objetivo de trabalhar os conhecimentos interdisciplinarmente, no intuito de superação das demandas emergentes no contexto educacional. Piana (2009) percebe que

É importante que, diante dessa conquista de espaços profissionais, no campo da educação, o assistente social participe ativamente da construção desse momento histórico, pois conhecedor da sua trajetória nesse campo e dos profissionais da educação, deverá estrategicamente buscar alianças com esses próprios educadores, sobretudo nos espaços de debate e de organização que lhes são próprios, como as universidades, as associações acadêmicas e os sindicatos. (PIANA, 2009, p. 197).

A escola, como instituição, não tem a capacidade de por si só transformar o que está estabelecido em uma estrutura social que segue as diretrizes da sociabilidade do capital. Dentre as funções da escola na sociedade observamos a possibilidade de construir ações para a concretização dos direitos sociais e humanos. Sendo assim, a política de educação deve construir possibilidades para que efetivamente todos possam ter oportunidade de acesso à educação gratuita e de qualidade. Sobre essa questão, análises apontam que “O cenário escolar é um espaço social rico e fecundo. Nele, as condições sociais, os jogos de força e luta pelos direitos de cidadania estão vivos e pulsantes, espelhando a realidade tal como ela é.” (OLIVEIRA, et al, 1997, p. 13).

Na sociedade contemporânea, a escola é atingida por inúmeras situações que vão além do processo ensino e aprendizagem, e que, também, podem interferir diretamente na qualidade desse processo, as demandas serão apresentadas das seguintes formas: o desemprego que atinge as famílias dos estudantes, a violência, a gravidez na adolescência, a dependência química, dentre outras. Além de atitudes

discriminatórias em função de raça, etnia, gênero, classe social, das precárias condições de vida dos estudantes e de suas famílias, das condições de trabalho dos professores. Situações que podem vir a resultar em reprovações, na evasão escolar, e, assim, na negação do direito à educação. As quais exigem atenção da escola, mas que esta nem sempre está preparada para lidar com tais demandas e propiciar os encaminhamentos necessários.⁴

Na atual conjuntura brasileira, percebe-se que o acesso à educação escolar gratuita e de qualidade tem se mostrado precarizado, no que se relaciona à quantidade de vagas; aos recursos físicos, materiais e humanos que contribuem para o desempenho qualitativo das escolas e, conseqüentemente, com a efetiva garantia do direito à educação. Além de outras situações que adentram o espaço escolar.

Segundo Amaro (2011), A inserção do trabalho do assistente social na educação é importante para essa área, pois esse profissional tem a capacidade de analisar e abordar tanto as diversas situações que estão inseridas, como nos procedimentos de fortalecimento e de resgate a cidadania do educando.

O profissional de Serviço Social no ambiente escolar tem entre suas atribuições a orientação pedagógica buscar com importância e êxito a possibilidade de gerar meios para efetivar um trabalho em conjunto, situando para abordar de forma dinâmica as relações sociais. A dimensão educativa na prática do profissional de Serviço Social diferencia-se pela possibilidade deste profissional trabalhar com as características individuais, e aplica-las de forma que será articulada para todos os sujeitos usuários das políticas sociais.

Partimos do pressuposto que cada indivíduo carrega, em si, uma identidade característica, pessoal, intransferível. Por vezes, esta é modificada diante do cenário em que se encontra e das relações construídas e, em outro momento, esta é adormecida frente ao medo do desconhecido, dos costumes sociais que ditam o que é e não é "normal". (SOUZA, 2012,p. 47, grifo da autora)

⁴ "A instituição escola é uma porta aberta para a entrada de problemas sociais que alteram significativamente a instituição família, e vice-versa. Família e escola, pensadas há muito como as bases do desenvolvimento humano, travam uma disputa de poder, cujo ideário de articulação para a melhoria no processo educativo termina por não acontecer. SOUZA,2012, p. 13)

De acordo com Almeida (2004, p. 04), as demandas derivadas do setor educacional, em particular da escola, no que se refere à sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social incidem em diversas situações. Tem-se, assim, a necessidade de trabalhar com crianças e adolescentes, com suas famílias e, muitas, vezes atender solicitações de trabalho com os próprios professores, sem deixar de lado a ação unida ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social.

É importante afirmar que a inserção do profissional de Serviço Social na educação, esteja ele inserido numa Secretaria de Educação ou na escola, dá uma sustentação e fortalece o processo democrático de luta por uma educação de boa qualidade para todos. Será mais um profissional a se engajar com os problemas que perpassam a esfera educacional. Nesse sentido, Iamamoto nos dá uma excelente contribuição quando afirma que o Assistente Social pode ser:

[...] um educador político; um educador comprometido com uma política *democrática* ou um educador envolvido com a política dos “donos do poder”. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2003, p. 79).

Ao destacar sua experiência profissional, Lessa (2013, p. 115) observa a importância do papel do assistente social na escola

[...] na construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais, de modo a problematizar a percepção dos atores que ali atuam e formam sobre a família contemporânea, sobre as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente. (LESSA, 2013, p.115)

Compreende-se que o Serviço Social tem enorme magnitude para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes da questão social, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colaborando no processo de democratização da educação. Ao analisar as relações entre as pessoas que estão envolvidas nesse contexto que é a escola, é necessário que o profissional faça uma análise que não seja superficial, pois o que se precisa investigar e analisar a fim de

construir planos de ação pode estar escondido dentro de uma realidade muito mais ampla que envolve o cotidiano dos sujeitos envolvidos. Segundo Backhaus, o assistente social tem que enxergar a individualidade para trabalhara a totalidade.

Assim, o trabalho fundamental dos assistentes sociais na escola gira em torno do engajamento na luta pela integração grupal, articulando formas de relações com os outros agentes da comunidade escolar na produção de novas alternativas de intervenção. (BACKHAUS, 1992, p. 39).

No Parecer Jurídico de nº 23/ 2000 solicitado pelo CFESS,⁵ dentre as funções do Serviço Social na escola encontra-se a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais relacionados aos alunos, nas escolas frequentadas por estes. O objetivo do trabalho do assistente social deve ser “atuar nas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las”. Sendo assim, os problemas sociais que atingem os alunos (sobretudo aqueles inseridos na escola pública) possíveis de serem enfrentados pelo assistente social, provocam o baixo rendimento, a evasão escolar e desinteresse pelo aprendizado. A escola é o lugar onde a questão social irão ser expressar de forma direta nos dados econômicos, Pois sem a qualificação básica desses indivíduos, o capital deixa de lucrar.

Os inúmeros problemas sociais que atingem os alunos, mormente aqueles que frequentam as escolas publicas, provocam, sem duvidas, a chamada evasão escolar; um baixo rendimento; desinteresse pelo aprendizado; problemas com a disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade a drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos. (CFESS, 2001, p. 22).

Martins (1999) destaca como objetivos da prática profissional do Serviço Social na escola:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; Favorecer a relação família – escola - comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

⁵ O referido Parecer se refere à implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Observa-se, ainda, a importância de o assistente social executar ações de forma crítica e esclarecedora, de modo a propiciar a escuta, a informação e as orientações pertinentes às demandas apresentadas. Retomando o Parecer Jurídico do CFESS, nº 23/2000, este aponta que no âmbito escolar caberá a “assistentes sociais habilitados” o desenvolvimento de “atividades técnicas profissionais”. Dentre as funções que poderão desempenhar, são citadas no referido documento:

- *Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- *Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- *Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informação sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- *Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- *Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- *Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- *Empreender executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2001, p. 29).

Nesse contexto, compreende-se que são diversas as contribuições possíveis de serem dadas pelo assistente social no espaço escolar, e para o qual se encontra apto e capacitado para intervir, complementando assim o trabalho que já é desenvolvido na escola por outros profissionais conhecidos da área, como: professores, orientadores educacionais e pedagógicos, dentre outros.

É importante a observação de Souza (2012) sobre a intervenção do assistente social na escola dos anos 1990 até a atualidade. Segundo a autora, o profissional.

passa a intervir em casos antes direcionados e trabalhados apenas por profissionais como médico e psicólogo, tais como: envolvimento com drogas, gravidez precoce, maus-tratos, depressões infantis. Entretanto, pontua-se que estas situações requerem um trabalho articulado entre

profissionais de área específica de conhecimento e não de uma ação isolada para casos tão complexos. (SOUZA, 2012, p. 33)

Mediante essa realidade, o Serviço Social é uma profissão que vem se construindo com seu caráter ético-político, crítico e interventivo, tem ampliado a ação em todos os espaços em que ocorrem as diversas refrações da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

[...] Tais situações também demandam um trabalho de planejamento, de gerenciamento, de administração, de assessoramento às políticas, a programas e serviços sociais, de análise da realidade social e institucional, a ações incisivas e transformadoras junto à população usuária. Trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. (PIANA, 2009, p 186).

Souza (2012) analisa que o assistente social na educação escolar deve assumir um perfil social e educativo, nesse campo de trabalho específico demandam a formalização de saberes e competências necessárias para o seu exercício, de forma que este profissional compreenda e se reconheça também, como produtor de conhecimentos, e assuma atitudes de pesquisador em uma área – como a Educação (SOUZA, 2012, p.18)

Confere assim, que o espaço escolar é fecundo de possibilidades como também de desafios para os profissionais que nela atua. Num cenário de atores diversos e múltiplas necessidades, cabe ao assistente social junto à comunidade escolar empreender esforços para dar respostas qualitativas às necessidades dos educandos/famílias, sem perder de vista a importância do projeto ético-político como norteador da ação profissional em suas diferentes dimensões.

2. CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O QUE REVELAM OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS)

Este capítulo tem por objetivo expor problematizações sobre a prática interventiva do assistente social na educação, com o recorte da intervenção do profissional do Serviço Social na escola. Nessa perspectiva, pesquisamos os Anais das três últimas versões (2007, 2010 e 2013) do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), procurando identificar trabalhos nos quais os autores enfatizam o tema em questão, contribuindo com o debate acerca do Serviço Social na educação.

Delimitamos os Anais dos CBAS como base para a pesquisa bibliográfica por ser este um importante evento que reúne a categoria profissional. Nesse sentido se faz necessário fazer referência ao histórico de lutas da classe dos assistentes sociais, destacando-se o Congresso da Virada⁶, de 1979, que foi de vital importância para a afirmação profissional e política do assistente social perante a sociedade.⁷

O CBAS, além de importância de articulação da assistente social enquanto categoria profissional possibilita a divulgação e socialização de produção acadêmica, intelectual e de experiências profissionais no âmbito do Serviço Social. Nesse sentido, os Anais, cujos trabalhos foram analisados apresentaram as seguintes propostas centrais:

- 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: ocorreu do período compreendido entre 28 de outubro e 2 de novembro de 2007 em Foz do Iguaçu

⁶ O Trabalho “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social” reforça a tese da importância do congresso da virada e das lutas dos assistentes sociais, José Paulo Netto, professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreveu originalmente em 1999.

⁷ O CFESS Manifesta de 16 de novembro de 2009, em alusão aos 30 do “Congresso da Virada” apresenta a análise de que “[...]. A ‘Virada’ teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico preñado de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social”

(PR). A temática central foi “A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social” .-

- 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Ocorreu em Brasília (DF) no período de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, trazendo como temática central “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e consolidação do Projeto Ético Político Profissional.”.

- 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: realizado na cidade de Águas de Lindóia (SP), em outubro de 2013. Trazendo a temática central “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do assistente social”.

A limitação com relação ao número de laudas exigido para a apresentação dos trabalhos, a fim de os autores trabalharem suas ideias e perspectivas nos trabalhos e a própria complexidade do tema, ocasionalmente restringe uma reflexão mais completa e abrangente dos cenários possíveis que o assistente social pode encontrar em sua prática interventiva nas escolas. Mesmo assim, reconhecendo tais limitações, a intenção deste capítulo não é julgar ou propor um modelo para a prática do assistente social nas escolas, mas, entender como ela se desenha na amostra estudada com base nas perspectivas discutidas pelos autores dos trabalhos.

Em linhas gerais, partindo da leitura de referências que ressaltam a questão da educação e da prática interventiva do assistente social nas escolas, alguns questionamentos iniciais embasaram a análise acerca do conteúdo exposto nos trabalhos, dentre os quais: quais as demandas apresentadas ao assistente social na escola? Quais as atribuições e competências do assistente social na escola? Existe uma interação do assistente social com outros profissionais em sua prática profissional na escola? Se existe como se efetiva? Quais as possibilidades de atuação? As dificuldades e desafios apontados pelos autores? Os instrumentos e técnicas possivelmente destacados? Discute-se sobre a dimensão educativa do assistente social? Na discussão sobre o Serviço Social na escola, se faz relação com o projeto ético-político?

Baseado nesses questionamentos, a sistematização deste capítulo dividido em três partes. Na primeira, faz-se uma abordagem e caracterização inicial dos trabalhos, partindo-se de elementos como: origem por região do país; natureza das instituições e áreas de atuação a que estão vinculados. A segunda contempla uma discussão em torno das possíveis contribuições do assistente social na educação na questão da sua atuação nas escolas e os princípios que guiam a forma como o assistente social interage no ambiente da escola na visão dos autores.

2.1. SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA NO CBAS: UMA ABORDAGEM INICIAL DOS ARTIGOS

Partindo do alvo que é tomado para refletir sobre as significações expressas ou não nos artigos dos CBAS`s acerca do trabalho do assistente social na escola, foram selecionados, inicialmente, os artigos das sessões temáticas: “Educação, comunicação e cultura” (referente aos XII e XIII CBAS) e “Educação, Comunicação e cultura (Ênfase na educação)” (referente ao XIV CBAS). Os artigos escolhidos foram os que continham a temática da educação no título, porém o recorte escolhido foram os que abordavam o Serviço Social ou o assistente social na escola.⁸

➡ XII CBAS

Com relação ao XII CBAS, que ocorreu em 2007, foram selecionados três trabalhos que tratavam da temática do assistente social na escola. O primeiro deles foi o trabalho intitulado *A inserção do assistente social na escola: aprofundando o tema para fugir das análises românticas*, da autora Simone Eliza do Carmo Lessa, O trabalho ao analisar a crescente atuação dos assistentes sociais nas escolas busca aprofundar o debate sobre o papel desse profissional nesse campo de atuação e fragilidades dessa política. Lessa indica como importante que o profissional de Serviço Social não veja a educação “como única fonte a combate a desigualdade.”

O segundo trabalho analisado intitula-se *A intervenção profissional do assistente social na área da educacional: Possibilidades e Limites*. Da autora Juliana

⁸ Alguns contem educação no título, entretanto não abordam a temática das escolas e então foram descartados.

de Carvalho Pimenta, Propõe uma análise sobre a intervenção do assistente social, em particular sobre a experiência da autora em uma escola municipal no estado de São Paulo, na cidade de Franca. Onde a autora traz uma reflexão sobre a prática interventiva do assistente social e como esse trabalho interage com o cotidiano escolar.

O terceiro trabalho intitulado *O Serviço Social nas escolas públicas: análise do trabalho social com famílias*, da autora Francine Hlefreich Coutinho Dos Santos, O centro da discussão do trabalho consiste em tentar compreender a importância do Serviço Social nas escolas públicas, no sentido de contribuir para a aproximação entre a família e a escola.

Em termos de contribuições acerca do debate em questão, o XII CBAS trouxe três artigos com abordagem diferentes dentro da temática da educação, no recorte escola. Porém, os três coadunam sobre a necessidade de se discutir como o assistente social deve intervir nas escolas.

➡ XIII CBAS

Em relação aos Anais do XIII CBAS, que aconteceu em 2010, foram selecionados quatro trabalhos, os quais apresentam compreensões e análises dos autores sobre o profissional de Serviço Social no âmbito educacional. Os trabalhos são aqueles com a temática mais próxima do recorte assistente social na escola.

O primeiro trabalho é intitulado *Educação e escola pública: Notas para pensar a intervenção profissional do Assistente social*. Da autora Francine Hlefreich Coutinho Dos Santos, O trabalho é feito em torno de reflexões acerca da inserção do profissional do Serviço Social na área da educação, com recorte para a escola pública.

O segundo trabalho é identificado pelo título *Educação inclusiva e Serviço Social: Um caminho possível*, de Eliane Beatriz da Silva e outros três autores O artigo é apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo mostrar a importância da educação inclusiva e de como o assistente social pode dar contribuições nessa dimensão da educação.

O terceiro trabalho é intitulado: *Pensando a inserção do assistente social no processo de construção da educação infantil no município de Niterói* da autora Rosane Fratane de Oliveira, O trabalho aborda a questão da transferência das creches da área da Assistência Social para a Educação no município de Niterói/RJ, buscando identificar quais impactos foram produzidos. E, ainda, perceber as possibilidades de atuação para o profissional do Serviço Social nos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal de Educação Infantil no referido município.

O quarto trabalho analisado tem o título: *Educação, trabalho e serviço social na cena contemporânea*, da autora Tathiana Meyre da Silva Gomes, O trabalho objetiva problematizar o significado da educação na atual conjuntura, considerando a função atribuída historicamente à educação, sua relação com o (não) trabalho e as perspectivas da atuação do Serviço Social neste campo, em consonância com a direção de transformação social apontada pelo seu Projeto Profissional, o Projeto Ético Político.

O XIII CBAS apresentou no que diz respeito à educação e o recorte escola, uma perspectiva de propor uma reflexão crítica sobre o papel do assistente social na escola no atual momento da sociedade. Em diferentes níveis e abordagens os trabalhos destacam como o assistente social pode intervir no contexto escolar na realidade contemporânea.

➡ XIV CBAS

Destacando agora os trabalhos publicados nos Anais do XIV CBAS, ocorrido em 2013 foi selecionado quatro trabalhos que abordavam a temática da educação com o recorte da escola. O primeiro deles intitula-se *Os desafios na construção da assistência estudantil no ensino básico: a experiência de um Colégio de Aplicação*. A autora do trabalho é Simone Eliza do Carmo Lessa, O trabalho é um relato da experiência profissional de construção de um programa de Bolsa Auxílio, financiado com recursos públicos, voltados para estudantes com dificuldades econômicas em uma escola de nível básico.

O segundo trabalho escolhido é intitulado *Contribuições do serviço social na área da educação: análise de uma experiência profissional*. A autora do trabalho é Ana Cláudia Ribeiro de Souza Garbelini. O trabalho é centrado em pesquisas teóricas e de campo, realizadas em 2008, que possibilitaram a identificação de contribuições do Serviço Social na área da Educação e o entendimento desta área como um espaço fértil para a atuação do assistente social.

O terceiro trabalho escolhido tem o título *Experiência exitosa do serviço social na educação*, das autoras Claudete Alves Dórea, e Marcela Mary José da Silva. O estudo descreve metodologias aplicadas na prática do assistente social numa escola municipal de Salvador-BA

O título do quarto trabalho é *Educação neoliberal e o contexto familiar, sob os paradigmas da “libertação” e a inserção do assistente social nas escolas brasileiras*. Os autores são Maria Luísa da Costa Fogari, Márcia Maria da Costa e Fábio do Espírito Santo Martins. No trabalho os autores destacam o processo de observação de profissionais docentes na rede municipal de ensino, objetivando-se avaliar os discursos moralizantes dos educadores às famílias de seus educandos, propondo a inserção do Assistente Social Escolar nas escolas. Destaca, ainda, uma revisão bibliográfica que se preocupou em mostrar que as famílias são vítimas do neoliberalismo, demonstrando a necessidade do Serviço Social nas escolas.

2.2. O SERVIÇO SOCIAL E A ESCOLA NOS CBAS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Após uma apresentação inicial dos artigos selecionados este tópico irá enfatizar as contribuições que o assistente social poderá trazer para a educação, em particular no espaço escolar, à luz do que expõem os autores desses artigos.

No que se refere aos Anais do XII CBAS (2007), o primeiro artigo selecionado foi *A inserção do assistente social na escola: aprofundando o tema para fugir das análises românticas*, de Simone Eliza do Carmo Lessa. O trabalho aborda o papel do assistente social como “agente de transformação” no cenário capitalista contemporâneo. A autora discute a evolução do trabalho do assistente social, que

vivencia transformações, principalmente pós década de 1980, período de forte crise no sistema capitalista. Nesse contexto, destaca a autora, que se fez necessária à intensificação do trabalho do profissional de Serviço Social no campo da política educacional, pois esse é um dos profissionais que trabalham com as sequelas da desigualdade social.

O artigo também aborda a questão das políticas públicas na educação, e descreve o trabalho do assistente social como o interlocutor dessas políticas para as demandas que são apresentadas durante o cotidiano escolar. A autora, referenciando-se em Montañó, destaca o assistente social como “[...] o agente de implementação da política pública”, [...] “nossa base de sustentação funcional ocupacional” (MONTAÑO, 2003 apud LESSA, 2007). Nesse cenário, o papel do assistente social vai além de ser intermediador do educando e da escola, tornando-se um gerenciador de toda a conjuntura em que instituição e aluno estão inseridos. Podemos citar como exemplo, o caso recorrente em escolas públicas de alunos, cujas famílias são beneficiadas por programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, sendo fundamental o profissional de Serviço Social entender as necessidades e condições de vida desse aluno e de suas famílias. Inserido em um contexto familiar de pobreza, este aluno tende a necessitar de um acompanhamento diferenciado. A dimensão educativa do trabalho do assistente social para Lessa é de fundamental importância. a autora ressalta que os profissionais sendo eles assistente sociais ou não, não pode achar que a intervenção que eles irão fazer com seu trabalho, não será uma prática salvadora.

Neste contexto, numa postura romântica, encontramos alguns profissionais — não só os de Serviço Social — que vêm na escola esta capacidade salvadora, messiânica. Nesta perspectiva, a própria educação, assim como a instituição escolar, equivocadamente, são alçadas ao patamar de provedoras de justiça social de instrumento de ascensão econômica. (LESSA,2013)

No segundo trabalho, *A intervenção profissional do assistente social na área da educacional: Possibilidades e Limites*, de autoria de Juliana de Carvalho Pimenta, busca-se apresentar caminhos para a conciliação do trabalho do assistente social na educação. A partir de uma breve reflexão teórica e um breve relato de experiência em uma escola municipal na cidade de Franca-SP. A autora destaca ser

fundamental que os profissionais da educação, sendo eles coordenação administrativa pedagógica e equipe de professores, consigam trabalhar de forma que a escola justa, democrática e menos excludente. Com o assistente social, e que esse caminho seja de mão dupla. Nessa perspectiva, Amaro analisa que

[...]. Educadores e Assistentes Sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes: ambos têm na escola seu ponto de encontro. Podemos, assim, acenar para uma possível prática interdisciplinar se considerarmos a Educação como práxis que se realiza concretamente na escola, e o Serviço Social como disciplina profissional que tem nas relações sociais seu objeto de atenção e faz da prática sócio-educativa o eixo básico de sua intervenção. (AMARO, 1997, p. 39)”

Posta essa discussão inicial, o trabalho traz o relato de experiência da autora, que fez parte de um projeto da Secretaria de Educação Municipal de Franca, responsável em desenvolver quatro projetos centrais para a mudança da participação e da inserção dos educandos do ensino fundamental nas escolas públicas deste município. Os projetos foram os seguintes: Projeto Tecendo Idéias, Projeto Transformando, Projeto Semeando Paz e Projeto Conviver. Dentro os quais vão destacar o Projeto Tecendo Ideias, que visa à interação entre escola, aluno e família, para melhorar o processo de aprendizagem dos educandos. O assistente social era responsável por receber as demandas dos professores e intervir na realidade dos alunos que apresentavam problemas de desempenho, e com o olhar crítico muitas vezes o profissional conseguia articular uma resposta para as dificuldades apresentadas nesta demanda. Essas demandas se apresentavam passavam por questões familiares como: falta de acompanhamento dos pais no cotidiano escolar, ou ate simples mudanças metodológicas realizadas pelos professores. Esse trabalho buscou sintetizar como esses projetos e a interversão do Assistente social podem contribuir para uma melhora do processo educacional na escola.

No terceiro trabalho *O Serviço Social nas escolas públicas: análise do trabalho social com famílias*, a autora Francine Hlefreich Coutinho Dos Santos começa o artigo enfatizando o espaço institucional no qual desenvolveu sua prática interventiva como assistente social. A autora se refere ao Centro de Estudos e

Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma organização não governamental criada por pessoas que nasceram ou moraram alguns anos na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. Nessa instituição, Hlefreich atuou diretamente em projeto denominado o “Programa de Criança Petrobras na Maré”, iniciado em 1999.

Segundo destaca a autora, o referido Programa tinha como objetivos fundamentais ampliar o tempo de permanência na escola pública de 2.600 crianças e adolescentes da Maré, a fim de contribuir para a melhoria do seu desempenho educacional, assim como aumentar a integração e participação dos pais e professores no espaço escolar e na comunidade. Com a criação do projeto, são ampliados os espaços e demandas em torno da inserção do assistente social no campo educacional. O profissional do Serviço Social era o responsável por estabelecer uma relação entre o contexto que os educandos estavam inseridos e a escola, fortalecendo no cotidiano dos alunos as relações mais democráticas e a cidadania. A autora ressalta que naquele projeto o assistente social se encontrava com a “questão social” dos alunos e da ONG. Todos inseridos na periferia do Rio De Janeiro e tendo seus direitos negados pelo Estado, graças às limitações propiciadas pelo sistema capitalista de produção. Com base em Yamamoto, a autora ressalta que

[...]. Hoje se renova a velha questão social, inscrita na própria natureza das relações capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção na sociedade contemporânea complexificada em suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção e reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, de política, cultura, sob a égide do capital financeiro. A miséria adquire uma dimensão planetária, não acompanhada da mesma proporção da mundialização das lutas sociais articuladas do modo orgânico”. (IAMAMOTTO, 2000 apud SANTOS, 2007).

No referido trabalho, a autora também destaca resultados de um questionário aplicado junto à sujeitos da comunidade escolar, com o qual buscou-se identificar quais as percepções dos envolvidos na escola sobre o projeto no qual estava inserido o assistente social. Assim, Diretores, professores, educadores e bolsistas avaliaram como satisfatório o acompanhamento social. Já a equipe técnica, que vivencia o cotidiano escolar, convivendo com o excesso de demandas para o serviço social, dividiu-se nas respostas. Parte da equipe social entende que

é satisfatório, e outra aponta como insatisfatório o trabalho de acompanhamento social. O projeto com os pais realizados pelas assistentes sociais mostrou que O trabalho desenvolvido embora seja realizado buscando uma aproximação com a realidade social vivida e com as questões que são presentes em sala de aula, nem sempre consegue atingir seu maior objetivo que é a participação de todos envolvidos.

Os Anais do XII CBAS trazem em seus trabalhos sobre o Serviço Social na educação, com recorte na escola, uma discussão teórica sobre a intersetorialidade e a colaboração do trabalho do assistente social.

Particularmente no trabalho Simone Eliza do Carmo Lessa, é reavivada a discussão histórica do papel do assistente social na educação e sua evolução teórica desde a década de 1980 até hoje. Os três trabalhos citados caminham na direção de mostrar que o assistente social hoje nas escolas deve ser mais que um intermediador do processo educacional; deve ser um agente extremamente ativo na vida escolar.

Ao se assumir a educação como um direito básico que deve ser acessado por todos os cidadãos, o assistente social é compreendido como um profissional que se coloca na linha de frente para legitimar esse direito, intercedendo e trabalhando no âmbito das políticas públicas necessárias para que todos os educandos consigam exercer sua cidadania em plenitude.

Nesse sentido, os outros dois trabalhos discutidos, de autoria de Juliana de Carvalho Pimenta e de Francine Hlefreich Coutinho Dos Santos, vão além da revisão teórica e expõem projetos desenvolvidos em escolas públicas que visavam reafirmar o direito à educação e o das políticas públicas.

Em comum, os projetos desenvolvidos, e apontados nos trabalhos das referidas autoras, buscavam integrar práticas e apreender as demandas de todos os envolvidos nas escolas: pais, professores, diretores, funcionários e alunos, a fim de serem construídas ações propiciadoras de respostas a tais demandas. Portanto, os trabalhos identificados nos Anais do XII contribuiu para o avanço da discussão sobre o papel do Assistente social nas escolas, como um agente ativo e participativo no processo de legitimação da eficácia de políticas públicas e direitos dos cidadãos.

Em relação aos trabalhos selecionados nos Anais do XIII CBAS (2010), o primeiro que identificamos com uma análise sobre o assistente social na educação é denominado *“Educação e escola pública: Notas para pensar a intervenção profissional do Assistente social.”*, Francine Hlefreich Coutinho Dos Santos. A autora nos traz uma reflexão sobre o fundamento da educação na política educacional e o tocante ao crescimento acelerado da questão social frente a um cenário (recente) de crescimento massivo do desemprego.

Posta essa discussão inicial, o trabalho nos coloca a importância do assistente social na linha de frente da escola pública, analisando que esse profissional saberia compreender as realidades que se materializam diante do contexto da globalização e da crise do capital. A hegemonia do capital cobra nova faceta para melhorar seu contingente, e essa cobrança atinge principalmente a classe pauperizada. Nesse cenário, a escola passaria a ser um “fabricador” de mão de obra. A autora recorre à teoria marxiana para fundamentar o pensamento de que a hegemonia do capital entrou no âmbito escolar como forma de aumentar a mão de obra para o trabalho.

[...]. E vossa educação não é também determinada pela sociedade, pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, do meio de vossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação da influência da classe dominante. (MARX; ENGELS, 1848 apud HELFREICH, 2010).

Helfreich (2010) discute em seu artigo a crítica sobre a garantia do ensino fundamental que, “embora a educação apareça no rol das prioridades governamentais, nesta tem sido deixadas marcas profundas deste descenso: no ensino fundamental enquanto se “garantia” criança na escola, cria-se para tal, a moeda de troca chamada “Bolsa Família.” E para o ensino profissionalizante o mesmo tem que ser algo rápido, pois a demanda de mão de obra que seja qualificada é menor do que o capital necessita.

E por fim, a autora remete Discursão sobre o Serviço Social face às transformações que passam o mundo contemporâneo e as implicações dessas transformações na profissão. E que essas experiências são determinadas pelos elos

que o profissional estabelece com as classes sociais e a materialização das suas ações.

O segundo artigo, referente aos Anais do XIII CBAS, intitula-se *Educação inclusiva e Serviço Social: Um caminho possível*. As autoras, Eliane Beatriz da Silva e outros três autores, trazem uma reflexão a partir de pesquisa bibliográfica em relação à inclusão de pessoas com necessidades especiais. Na escola de ensino regular. Nesse contexto, enfatizam a importância da inserção do assistente social na escola e do debate sobre essa questão. O trabalho traz uma crítica importante de como é vista a realidade da educação contemporânea, demonstrando que a inclusão só será universalizada quando o acesso for de interesse das relações sociais. Quando a sociedade passar a respeitar o direito de todos os cidadãos.

Ao analisarem sobre a importância que tem a educação regular na vida de pessoas com necessidades educacionais especiais, as autoras destacam também a secundarização que a hegemonia do capital traz a respeito dessa questão e do direito à educação que esses sujeitos possuem. Segundo as autoras “A história da educação no Brasil tem enraizado em sua estrutura o atendimento às demandas, que necessariamente iria contribuir com o crescimento econômico do país.” (Silva 2010). Essa segregação existe nos dias atuais, tanto da parte da educação e de seus profissionais que não sabem como agir diante dessa realidade, nem da sociedade, que fecha os olhos para não ver essa exclusão, assim como para agências geradoras de emprego.

Assim, identifica-se no trabalho o assistente social como um dos atores primordiais para contribuir com a luta pela efetivação da inclusão no âmbito da educação regular. Pois, esse profissional, nos campos político e ideológico, as diversas facetas que a realidade atual nos mostra e, mediante a análise crítica, aliada à sua capacidade criativa e destrezas irão trabalhar em favor dos usuários.

O terceiro artigo tem o título: *Pensando a inserção do assistente social no processo de construção da educação infantil no município de Niterói*. A autora Rosane Fratane de Oliveira analisa a transferência de gestão das creches, da Secretaria de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Educação da cidade

de Niterói/RJ. Nessa perspectiva procura analisar os impactos que essa mudança acarretou para os usuários, assim como as possibilidades de atuação do Assistente social na rede de ensino básico municipal dessa cidade.

O trabalho começa abordando a educação em um sentido ontológico, compreendendo-a como uma dimensão constitutiva do ser social. Desse modo é preciso entender a educação em uma sociedade capitalista. Acerca dessa questão, a autora se referencia em Almeida (2007).

Na sociedade capitalista a educação adquire uma particularidade, pois uma das frações de classe dentro dessa sociedade vai querer deter a direção na condução desse processo de formação. Nos últimos anos, a acelerada expansão produtiva no desenvolvimento científico e tecnológico, requisitou uma formação mais qualificada da classe trabalhadora, e por outro lado houve uma expulsão desses trabalhadores do mercado de trabalho, isso ocorreu devido à reestruturação na forma de organização da produção. (ALMEIDA, 2007 apud OLIVEIRA, 2010)

A partir dos dados obtidos através de entrevistas realizados as assistentes sociais, Oliveira analisou um distanciamento do campo da educação por parte das entrevistadas, o que fica claro quando relatam a ausência de compreensão do que fazer e como atuar no campo da educação infantil.

Fica claro no trabalho de Oliveira que a falta de habilidade dos profissionais com a área da educação infantil é um reflexo da pouca discussão do tema durante o processo de formação desse profissional. Segundo a autora, além de um área que propicia a inserção do assistente social no mercado de trabalho, é uma área de possibilidade de transformação social ainda pouco explorada e debatida. Então, cabe ao Serviço Social discutir, problematizar e encontrar alternativas para as demandas apresentadas.

O quarto trabalho: *Educação, trabalho e serviço social na cena contemporânea*, de Tathiana Meyre da Silva Gomes, propõe criar uma interlocução com os autores nos quais Gomes se referencia e sua experiência profissional na prefeitura do Rio de Janeiro. As principais referências teóricas trabalhadas no artigo são do campo da teoria marxista. O primeiro aspecto analisado é a perspectiva da educação formal como um direito social no Brasil, tendo em vista a Carta

Constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que se constituem os marcos fundamentais que consagram a educação fundamental como um direito universal, gratuito e obrigatório.

O trabalho define a educação como algo tratado além da dimensão escolar e da capacitação para a reprodução de *status quo*. Ressalta que esta também apresenta a função de propor uma “transformação no quadro social”. Analisa que em um cenário de crise capitalista, a educação no sentido de formação do cidadão pode ser algo subjugado, pois outras mazelas são apontadas, as quais desviam a necessidade de discussão da temática. Como por exemplo, o desemprego.

O trabalho expõe, ainda, que no campo da educação o perigo de uma inserção profissional do assistente social pouco discutida com os outros atores institucionais, e realizada exclusivamente do ponto de vista de ampliação de mercado de trabalho, pode levar à fragmentação e ao enfraquecimento das mais diversas questões que atravessam e compõem este campo e a definição da “[...] parte que cabe ao profissional para sua atuação” (GOMES,2010), tendo como consequência a reedição de uma prática assistencialista e funcional, voltada para o que a autora chama de, ações “ortopédicas” e adaptadoras, reforçando os tradicionais discursos que reverberam e reforçam a ideologia dominante.

Com a leitura do trabalho é possível concluir que cabe ao assistente social ser o profissional de olhar crítico, que busca intervir na educação e na escola para possibilitar que educandos e a instituição ultrapassem as barreiras do capitalismo, principalmente em sua fase neoliberal, e consigam um processo educacional reflexivo e questionador do *status quo*.

Quanto aos trabalhos selecionados nos Anais do XIII CBASS, destaca-se a discussão sobre a função do assistente social nas escolas no contexto do sistema capitalista de produção. Os quatro artigos selecionados ressaltam essa relação entre educação e sociabilidade do capital.

No cerne das discussões, é preciso ressaltar a educação como um direito. A educação como um direito universal, tornando-se uma prática que deve ser exercida por todos os cidadãos, sendo o Serviço Social uma profissão inserida no contexto na

divisão sócio técnica do trabalho, no âmbito da qual o assistente social se mostra capacitado para atender as demandas das expressões da questão social na educação. De acordo com Brandão (2007, p. 73-74), a educação é uma prática social profissional. A escola um local que se localizam variados tipos de relações sociais e, entretanto as escolas têm o seu público alvo: crianças em processo de formação do caráter, adolescentes em processos de mudanças no seu aspecto físico e emocionais, e adultos com histórias de vidas traçadas.

Mediante as problemáticas que interferem nas escolas, e que repercutem no desempenho do aluno tais quais: gravidez precoce, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias com vulnerabilidade social, violência doméstica. O assistente Social tem que trabalhar de forma a intervir nessa realidade.

Entretanto, no contexto das escolas todos os trabalhos selecionados caminham na direção de mostrar que o direcionamento, através das políticas neoliberais, para os interesses financeiros em detrimento dos interesses sociais têm confiscado o direito à educação. Essa lógica de pensamento tenta apenas reproduzir mão de obra barata, e não produzir cidadãos reflexivos. Esse é um processo que vem se intensificando a partir da década de 1990, com a adesão do ideário neoliberal no direcionamento das ações do Estado, promovendo o sucateamento das políticas públicas e negação dos direitos sociais, dentre esses o direito à educação.

O assistente social é concebido como profissional cuja formação e possibilidades de uma leitura mais crítica e ampliada da realidade, pode intervir política e profissionalmente diante de questões que adentram o espaço escolar, que vão além da transmissão de conteúdos, as quais atingem diretamente a vida de alunos, de suas famílias, levando à evasão, à descontinuidade dos estudos e, conseqüentemente, ao não acesso à educação, que deveria ser um direito ao alcance de todos.

O assistente social pode ser o profissional responsável pela inclusão dos alunos e luta por seus direitos. Os trabalhos do XIII CBAS trazem o assistente social em uma posição ativa e política dentro e fora da escola. Como profissional que intervém para que os alunos que geralmente estão em um contexto de vulnerabilidade nas escolas públicas não percam seu direito à educação e à conquista da cidadania.

Tratando-se, pois, de um profissional que, na escola, se coloca frente ao embate contra a lógica do sistema capitalista neoliberal.

O primeiro artigo selecionado nos Anais do XIV CBAS é intitulado “*Os desafios na construção da assistência estudantil no ensino básico: a experiência de um Colégio de Aplicação*”. A autora, Simone Eliza do Carmo Lessa faz uma breve reflexão sobre a crise do capital e de como isso recai sobre a política da educação. Explana sobre como é vista a educação aos olhos do capital, e de como essa visão acaba distorcendo a verdadeira realidade. Segundo Lessa, o campo educacional,

[...] têm sido valorizadas por sua suposta capacidade de enfrentar a crise através da qualificação para prover acesso ao emprego, por sua capacidade de prover ascensão social e como recomendação na condição de instrumento de redução de tensões e conflitos sociais.” (LESSA, 2013).

Assim, a educação passa a ser apreendida como a única fonte de promoção à ascensão social de uma classe (trabalhadora) que no decorrer da história tem vivenciado precárias condições de vida, sendo atingida por desigualdades e injustiças em um contexto no qual a geração de emprego depende mais de ações do que de mão de obra qualificada, percebe-se que a propagação do termo educação de acesso a todos e de qualidade não está sendo efetivada. O que percebemos é uma educação de mão de obra escassa de qualquer senso crítico.

O trabalho de Lessa também apresenta uma análise sobre o desenvolvimento do Serviço Social em tempos de crise do capitalismo, e como esse profissional terá que se preparar para trabalhar diante de novas demandas que irão surgir, principalmente no ensino fundamental. Essa frente de trabalho trará novos desafios para este profissional, que terá a intensificação de seu espaço de atuação no interior da escola, para que com isso haja um aprofundamento dos debates em torno do âmbito educacional. As demandas com as quais esse profissional terá que trabalhar, conforme observa a autora, vão desde os novos arranjos familiares até a abordagem da pobreza associada ao campo educacional.

Lessa faz uma correlação da tríade entre o Serviço Social, a política educacional, e a escola pública de maneira particular, no qual cita que a compreensão dessas três esferas precisa ser vista nas dimensões, potencialidades e limitações no contexto do capitalismo contemporâneo.

O segundo artigo do XIV CBAS apresenta o título: *Contribuições do serviço social na área da educação: análise de uma experiência profissional*, de autoria de Ana Cláudia Ribeiro de Souza Gamberin. O trabalho expõe uma análise sobre as contribuições do Serviço Social na área educacional, e explana um pouco sobre o contexto em que a política educacional está inserida e de como a história do Serviço Social se entrelaça com a educação. Com isso, analisa a experiência das assistentes social no âmbito escolar da cidade Campos de Goytacazes/RJ. A experiência vivenciada pela autora mostra uma realidade na qual o assistente social tem uma inserção reconhecida pelos demais atores desta instituição.

A experiência relatada nos indica que a partir do trabalho do assistente social a família encontra espaço para socializar a realidade de um cotidiano que consequentemente interfere, de forma significativa, na vida escolar dos alunos. Conhecer a realidade escolar e da comunidade. O trabalho multidisciplinar é visto como uma janela aberta para que as ideias e saberes possam circular de forma igualitária por toda a instituição.

A inserção do Profissional de assistente social proporciona à escola identificar quem são de onde são e para quem esse profissional está trabalhando. Conhecer a realidade dos alunos contribui para que os projetos sejam alcançados de forma efetiva.

Por fim, a autora nos coloca quais são os desafios e contradições que conseguiu identificar no tocante à inserção do assistente social na educação. Afirma ter sido possível reconhecer que diante das particularidades da área da educação, é assegurado que o trabalho do profissional seja comprometido com o projeto ético-político. Ressalta que os desafios são muitos, pois trabalhar com a precarização das condições de trabalho, com o sucateamento das políticas sociais e também da profissão.

O terceiro artigo é intitulado a *Experiência exitosa do serviço social na educação*. O trabalho é um esboço elaborado da prática realizada pela autora em Escola Municipal de Salvador/BA. Das autoras Claudete Alves Dórea, e Marcela Mary José da Silva. Evidencia as atribuições do assistente social para a concretização do direito à educação, de acordo com as Políticas Públicas. No trabalho foi utilizado um método quantitativo de característica descritiva.

A inserção do assistente social na escola evidencia o entendimento da gestão escolar na formação da equipe multiprofissional para o enfrentamento das manifestações da questão social, que interferem na qualidade do ensino/aprendizado, e demandas que ultrapassam as atribuições e competências dos professores na educação contemporânea. Os principais dados recolhidos na pesquisa estão nos gráficos abaixo:

Os dados expostos pela autora em seu artigo expressam que, os assistentes sociais entrevistados compreendem que o contexto social de dificuldades sociais enfrentadas pelos alunos são barreiras aos seus respectivos processos de aprendizagem. Nesse cenário, o assistente social, sendo um “educador político”, conduzirá o indivíduo para o enfrentamento da contradição da política educacional, utilizando a educação como instrumento na luta de classe. As demandas que surgem nas escolas requerem a formação com especificidades de conhecimento que o campo educacional necessita (ORSO, 2011).

Ao analisar o trabalho, é possível concluir que a inserção do Serviço Social na Educação não se restringe ao espaço escolar, podendo abranger outras esferas da educação formal e não formal. O planejamento das ações é passível de alterações, dependendo da demanda institucional. Não obstante, o acesso ao Projeto Político Pedagógico determinará ações conjuntas e mais eficazes, justificando a necessidade da participação do assistente social no planejamento pedagógico.

Educação neoliberal e o contexto familiar, sob os paradigmas da “libertação” e a inserção do assistente social nas escolas brasileiras consistem no quarto artigo selecionado, de autoria de Maria Luísa da Costa Fogari, Márcia Maria da Costa e Fábio do Espírito Santo Martins. A partir da observação realizada por profissionais e pós graduandos em Serviço Social e Ciências Sociais, enquanto docentes na rede

municipal de ensino, foram levantados alguns questionamentos com relação ao papel do Estado, do capitalismo e se este capitalismo é democrático, no sentido de propiciar a libertação dos alunos através da educação. Assim, a autora afirma ser fundamental entender que as famílias dos educandos e os próprios são vítimas e não cúmplices de possíveis falhas no processo educacional em termos de limitações do aprendizado, pois estão inseridos em um cenário econômico que cerceia suas competências e os suprime a uma mera mão de obra barata.

Em um cenário no qual famílias, alunos e a própria escola é “desestruturada” com a ajuda de uma conjuntura econômica perversa, o neoliberalismo, o assistente social surge como um profissional capacitado para conseguir visualizar essas questões, tendo em vista ser este um profissional que pode realizar uma maior probabilidade de realizar uma leitura mais ampliada dessa realidade que muitas vezes a escola desconhece. Em resumo, a escola não poderá dissociar-se do histórico familiar de seus alunos. É possível inferir que se a escola não for um elo entre aluno e conhecimento, em relação às suas realidades sociais nas quais elas estão inseridas, esta deixou de “cumprir” com seu papel social, em pontos que se convergem na realidade atual quando, observamos antagonismos nos discursos dos docentes, e nas ações dos pais/cuidadores. Os autores citam Libâneo para fazer essa

[...]. A contribuição da escola para a democratização está no cumprimento da função que lhe é própria: a transmissão/assimilação ativa do saber elaborado. Assume-se, assim, a importância da difusão da escolarização para todos e do desenvolvimento do ser humano total, cujo ponto de partida está em colocar à disposição das camadas populares os conteúdos culturais mais representativos do que de melhor se acumulou, historicamente, do saber universal, requisito necessário para tomarem partido no projeto histórico-social de sua emancipação humana. (FOGARE, COSTA, MARTINS, 2013 apud, LIBÂNEO, 1986, p.75).

O Serviço Social no contexto escolar é relevante para viabilizar a mediação entre as famílias e a educação. O assistente social embasado por uma visão da micro/macro realidade social analisará os contextos nas quais as expressões da questão social se originam e onde terminam, e segundo o projeto ético político profissional dirigirá o atendimento às famílias dos centros educacionais.

[...] o Assistente Social pode assumir, no bojo de suas atribuições, o papel profissional que articula propostas de ação efetivas, a partir do resgate da

Conclui-se, ao ler o artigo, que o Assistente Social na educação, e particularmente na escola, vislumbrará ações com bases interventivas que procurem ações coletivas, lutando e cobrando por ações interventivas do Estado, por meio da politização das famílias dos discentes. Deliberam que a família, tão vislumbrada, precisa ser alvo de políticas sociais públicas qualitativas e efetivas, em detrimento as ações secundárias ou pouco transformadoras, propostas pelo Estado democrático de direitos.

O XIV CBAS traz uma síntese das contribuições práticas do assistente social nas escolas. Os autores trazem resultados de pesquisas, objetos de pesquisas e dados relacionados a demandas e ao perfil dos sujeitos inseridos na escola, e de como resolver os conflitos apresentados nesse espaço.

A escola como uma das principais instituições da vida social, tem sido desafiada cotidianamente em articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais. Neste sentido, se torna essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos, podendo também encurtar a distância que a separa do universo familiar. A escola consiste em uma instituição na qual se constrói o conhecimento e determinados valores sociais dos sujeitos. E, mais que isso, a escola é compreendida como instituição que pode contribuir para preparar os indivíduos para a vida em sociedade.

Nesse sentido, a contribuição que o Assistente Social tem a oferecer dá-se também na atuação em equipes interdisciplinares, no âmbito das quais os distintos saberes, vinculados às distintas formações profissionais, possibilitam uma visão mais ampliada, e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais. Assim, o profissional do Serviço Social pode articular propostas de ações efetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento. Para Amaro (1997), a interdisciplinaridade, no contexto escolar, representa estágios de superação do pensar fragmentado e disciplinar, resultando-se na ideia de complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes.

O trabalho de Claudete Alves Dórea e Marcela Mary José da Silva. Mostra alguns gráficos que visam conhecer o perfil dos envolvidos na escola para poder facilitar as práticas desenvolvidas nesse espaço. O sinaliza que o assistente social na escola se coloca como um agente reflexivo sobre o cenário e ativo dentro desse mesmo cenário, porém instrumentalizado por pesquisa desenvolvida na escola, possui dados mais precisos que contribuem para planejar como e aonde agir.

O Serviço Social Escolar se apresenta com o objetivo de poder contribuir com a problemática social que é perpassada no cotidiano da comunidade escolar alunos, professores e pais. Sejam através de encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo, que possam promover a cidadania, ações e projetos voltados para as famílias, dentre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação brasileira é compreendida enquanto direito social inalienável e como concepção de política social pública, que deve ser garantida de forma gratuita pelo Estado para toda uma sociedade. No entanto, a realidade da educação no Brasil é diferente, as dimensões da vida social não são englobadas na educação e nem efetivas na política pública universal. A precarização tomou conta dessa área, e essa escassez pode ser explicada pela lógica capitalista que a permeia.

Analisar o processo de constituição histórica e a falta de equidade quanto no acesso, à permanência e a qualidade dessa política, é uma tarefa árdua. Visto que, para obter essa tríade de direito, é necessário unir os elementos essenciais para compreender como essa política deve funcionar -da representação social, senso dessa política e a prática que envolve o cotidiano de uma sociedade- essa forma de praticar esta política torna-se um desafio para o mundo contemporâneo. A hegemonia do capital solicita que haja uma formação introdutória e abrangente para uma minoria (elite) e um aprendizado simplificado voltado para a classe trabalhadora.

Portanto, ao refletir sobre a educação na perspectiva capitalista, faz-se necessário pensar acerca de formas de resistência que possibilitem a construção de outra forma de sociabilidade que seja diferente da que é vivenciada nos dias atuais. Onde o capital é o divisor das desigualdades sociais. O que é necessário atenuar é a possibilidade de lutar para obter uma sociedade mais justa e democrática. A ordem política, econômica e social de uma sociedade são fatores que precisam ser compreendidos, uma vez que determinam a relação entre Política educacional, escola pública e o Serviço Social. Entender as limitações e potencialidades que os fatores já supracitados são considerados dentro do sistema capitalista é uma maneira de compreender e trabalhar as dificuldades de organização da Política Educacional. Nessa dimensão, pode-se afirmar que os desafios para os profissionais da área da educação são inúmeros, inclusive, para o profissional de Serviço Social. Foi percebido no decorrer do trabalho que o profissional de Serviço Social trabalha a Política Educacional como agente intermediador entre a classe pauperizada e o

Estado que é seu empregador. O profissional de serviço social atua no campo educacional como sendo o sujeito que pensa de forma a sair do senso comum que naturaliza a peculiaridade dos usuários e suas fragilidades.

Partindo do pressuposto que o trabalho do assistente social na área da Educação -escola- não é uma inserção recente, e que o debate da categoria em torno dessa temática tem se mostrado restrito, objetivou-se nesse estudo promover uma reflexão e diálogo envolvendo o debate do Serviço Social na política de educação, considerando-se o debate evidenciado no contexto três últimos anais do Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS).

Por conseguinte, da análise evidenciada na literatura que discute a inserção do assistente social na Escola, de que ainda são limitadas as discussões sobre esse espaço e sobre os processos de intervenção com esse público na produção intelectual da categoria e durante a própria formação profissional. E foi percebido que, quando há um início de um debate, os autores dos artigos estudados escapam da temática central que é a inserção do assistente social na escola, e passam a trabalhar a o contexto que seria o macro que é a educação.

Em termos gerais, o que foi constatado no estudo dos artigos é que o foco maior dos autores no congresso são: o acesso as cotas, a inserção da educação especial e o acesso a educação superior. Essas temáticas são visualizadas com maior frequência. O ensino fundamental e todo o processo que o envolve é deixado com coadjuvante, percebido com isso, que o primeiro passos que o individuo tem que dar é o que menos tem valor para a sociedade. Como fazer para lutar contra uma sociedade capitalista se os “soldados” são conduzidos a não pensar?

Os trabalhos selecionados foram os que chegaram mais pertos dos questionamentos feitos, que seria: E de como dar-se as demandas, Quais as atribuições e competências do assistente social na escola, Se Existe e como se dá a interação com outros profissionais para intervir nesse espaço, Quais as possibilidades de atuação, As dificuldades e desafios apontados pelos autores, Os instrumentos e técnicas possivelmente destacados para que o trabalho seja alcançado. O que foi observado diante da pesquisa é que os profissionais tem certa dificuldade de saber como a sua inserção nessa área pode acarretar uma melhoria

no andamento da instituição, e de como o seu trabalho não será confundido com o trabalho de outro ator que já tem espaço na escola. Tal situação, pode ser vista nos artigos seja pelo próprio direcionamento da prática com profissionais da área da educação, como também com os educandos. Seja pelas dificuldades e desafios apontados pelos autores. O que afirma a necessidade de capacitação profissional permanente, de sistematização e divulgação da prática interventiva com os autores que compõe esse campo de trabalho.

Desse modo, esse estudo tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e aprofundamento sobre a realidade da inserção do profissional de Serviço Social na área da Política de Educação com recorte Escola, de como a intervenção profissional deve ser compreendida e abordada, bem como para a demonstração da complexidade do debate e da necessidade de elaboração de mais estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação**. Revista inscrita. Brasília. Nº 6. 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **“Educação pública e serviço social”**. Revista Serviço Social e Sociedade. N. 63, São Paulo: Cortez, julho de 2000 a. p62-75.

_____, **Parecer sobre Projeto de Lei que Dispõem sobre a Intervenção do Serviço Social**, Caderno Especial 26 – Edição 4ª 25 nov/2005 Disponível em: <http://www.assistenciasocial.com.br> acesso em: 17/09/2015

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação. Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed.USC, 20011.

_____, **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ANTUNES, R. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. In: Capacitação em Serviço social e Política Social – módulo 01. CFESS/ABEPSS/CEAD. Brasília, UnB, 1999. p. 18-31.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. **Estado, política educacional e direito á educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.39, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a18.pdf> acesso em: 15/09/2015

BACKHAUS, Berenice Beatriz. **Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar**. Serviço Social e Sociedade.Ed.Cortez, 1992. São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE na articulação do sistema nacional de educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração**. Documento-referência da CONAE 2014. Brasília, DF: disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> acesso em 18/10/2015

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em <http://www.planalto.org.br> acesso em 18/10/2015

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?**. 1 ed. em 1981. 11 ed. Em 1984.

BOLORINO, Eliana. **Educação e serviço social: Elo para construção da cidadania**. Canteiro Martins. São Paulo:editora Unesp,2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. – CFESS. **Social Serviço Social na Educação**. Brasília/DF. Setembro/2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9 ed. São Paulo. Cortez, 1993.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. Serv. Soc., São Paulo, n. 113, p 106- 130, jan/mar. 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Disponível em repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol2.pdf. Acesso em 06 de Agosto de 2015

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico – social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

LOSIF, Ranilce Guimaraes. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília, 2009.

ORSO, Paulino Jose. **Educação e lutas de classes**. 1ª edição – São Paulo, Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Ney Luiz Teixeira de Almeida. **Serviço Social e Educação**. Coletânea Nova de Serviço Social. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2012.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** / Maria Cristina Piana. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

PONTES, LF. Pontes, MF. Orlowski, R. **Serviço social, educação e família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, 2001. Disponível em: <http://www.revista2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/artcule/view/1370/1014> acesso em: 05/11/2015

REZENDE, Ilma. Ludmila Fontenele Cavalcanti. **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia. (Org.). **Ações e Interlocuções: estudo sobre a prática profissional do Assistente Social**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora. 2003.

SANTANA, Necilda de Moura. **O Serviço Social a educação**. Em foco. Ed. Nº 3, novembro, 2008. Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região. Rio de Janeiro.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p, 7-16, Jun 2008.

SILVA, Marcela Mary José da. (Org.) **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Prefácio Ney Luiz Teixeira de Almeida. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na Educação: que saberes? que competências?** Natal: Edunp, 2012.

SCHNEIDER, Glaucia e Maria do Carmo Hernandorena. (org.) **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. A educação e a unidade nacional. In. _____. **A educação e a crise brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (Coleção Anísio Teixeira, volume 5)